

CONVIVÊNCIA, LINGUAGEM E IDENTIDADE DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Silvana Maria Aparecida Viana Santos¹

Antônio Danilson da Silva Braga²

Clicia Maria Alencar Ruas³

Josyene de Freitas Mendonça Machado⁴

Luce Meire Couto Pereira⁵

Maicon Lopes Ribeiro⁶

Raniele Noronha da Silva⁷

Viviane Camporez Viganor⁸

RESUMO: Esta pesquisa analisa os efeitos da cultura digital sobre as relações de convivência, as formas de linguagem e os modos de construção da identidade no espaço escolar. O cotidiano dos estudantes é atravessado por interações em redes sociais, práticas de comunicação instantânea e exposições públicas de si que remodelam as dinâmicas escolares e desafiam os projetos pedagógicos tradicionais. A pesquisa, com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, utiliza como referência estudos de Alves (2007), Castro Santander (2012), Silva et al. (2023), Paula (2023), Pereira et al. (2023), Bertolazzi et al. (2023) e Oliveira (2025), coletados em bases como SciELO, BDTD, Crossref e Google Acadêmico. A metodologia segue os princípios científicos de Siena et al. (2024) e Almeida (2021), priorizando a articulação entre linguagem, subjetividade e práticas digitais no ambiente escolar. Os dados analisados revelam que a convivência escolar é profundamente afetada pela lógica das redes, que reconfigura os códigos de pertencimento, visibilidade e conflito. A linguagem digital, por sua vez, impõe novos desafios à mediação pedagógica e à construção da autoridade docente. Já a identidade, antes construída em espaços restritos, passa a ser performada em ambientes públicos, fluidos e coletivos. A escola, diante disso, precisa repensar suas práticas de acolhimento, comunicação e escuta para atuar criticamente sobre esses deslocamentos.

2501

Palavras-chave: Convivência escolar. Linguagem digital. Identidade. Redes sociais. Subjetividade.

¹Doutoranda em Ciências da Educação Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

²Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

³Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁴Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁵Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁶Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁷Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁸Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

ABSTRACT: This research analyzes the effects of digital culture on school coexistence, language practices, and the construction of identity within the educational environment. Students' daily lives are shaped by social media interactions, instant communication, and public self-exposure, which reshape school dynamics and challenge traditional pedagogical frameworks. This qualitative research uses bibliographic review based on works by Alves (2007), Castro Santander (2012), Silva et al. (2023), Paula (2023), Pereira et al. (2023), Bertolazzi et al. (2023), and Oliveira (2025), retrieved from databases such as SciELO, BDTD, Crossref, and Google Scholar. The methodology follows the scientific principles of Siena et al. (2024) and Almeida (2021), emphasizing the connection between language, subjectivity, and digital practices in the school environment. The findings reveal that school coexistence is significantly influenced by the logic of digital networks, which reshape codes of belonging, visibility, and conflict. Digital language presents new challenges for pedagogical mediation and the construction of teacher authority. Identity, once shaped in private and structured spaces, is now performed in public, fluid, and collective arenas. In light of this, schools must rethink their practices of welcome, communication, and listening to critically address these shifts.

Keywords: School coexistence. Digital language. Identity. Social networks. Subjectivity.

I INTRODUÇÃO

As dinâmicas de convivência escolar não se limitam mais ao espaço físico nem aos tempos cronológicos da jornada escolar. As interações entre estudantes e professores se estendem, deslocam e intensificam em ambientes digitais, onde os sujeitos constroem suas presenças e performam suas identidades. Como aponta Alves (2007, p. 150), “os jovens não se relacionam com a tecnologia como ferramenta, mas como extensão de sua vida afetiva, relacional e simbólica”. Essa imbricação entre o digital e o cotidiano escolar redefine as formas de comunicar, pertencer e entrar em conflito, exigindo da escola novas formas de mediação.

2502

O ambiente escolar, tradicionalmente regulado por regras explícitas de convivência, agora se vê atravessado por práticas digitais que operam em lógicas outras: anonimato, viralização, apagamento do tempo, hiperexposição, julgamento instantâneo. Castro Santander (2012, p. 319) descreve esse fenômeno como “ciberconvivência”, ou seja, a coexistência entre sujeitos mediados por telas, redes e fluxos contínuos de dados, cujos efeitos reverberam dentro e fora da escola. A indissociabilidade entre o espaço escolar e o digital impõe à educação o desafio de compreender e atuar sobre as novas formas de relação que emergem desse cenário.

As práticas de linguagem também sofrem alterações profundas. A escrita veloz, os códigos visuais, os memes, os áudios curtos e as reações em tempo real transformam a forma como os estudantes produzem sentido, argumentam e se expressam. Paula (2023) observa que a linguagem digital opera por colagens, improvisações e sobreposições, rompendo com os

formatos escolares convencionais baseados em organização linear, ortografia rígida e argumentação progressiva. Essa tensão entre linguagens, quando não acolhida, gera rupturas na comunicação entre docentes e discentes, afetando o vínculo pedagógico e a escuta mútua.

Paralelamente, as redes sociais assumem protagonismo na constituição das identidades juvenis. Os estudantes constroem avatares, curadorias de si, perfis públicos e interações que funcionam como cenários de afirmação, pertencimento ou exclusão. Silva et al. (2023) destacam que essa identidade digital é fluida, mutável e performativa, exigindo reconhecimento constante do outro. Na escola, os conflitos relacionados à imagem, à visibilidade e à aceitação online se entrelaçam às disputas presenciais, provocando episódios de bullying, silenciamentos e disputas por atenção.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como a linguagem digital, a identidade nas redes e as práticas de convivência escolar se articulam na experiência dos estudantes e professores da educação básica. A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada na análise de produções científicas extraídas de bases acadêmicas reconhecidas. A revisão bibliográfica considera obras que dialogam com os campos da educação, da comunicação e da psicologia social, respeitando os critérios propostos por Siena et al. (2024) e Almeida (2021).

2503

Compreender os efeitos da cultura digital sobre a convivência e a subjetividade dos sujeitos escolares não é um luxo interpretativo: é uma necessidade formativa. A escola, para continuar sendo espaço de cuidado, aprendizagem e democracia, precisa incorporar criticamente os modos atuais de dizer, sentir e existir. Negar esses efeitos seria desconsiderar os sujeitos que a habitam.

2 Relações digitais e transformações da convivência

As formas de conviver no espaço escolar passaram por deslocamentos significativos nas últimas duas décadas. O que antes era delimitado pela presença física e pela mediação direta entre pares e adultos, agora se estende às interações virtuais que circulam com velocidade, atingem públicos amplos e escorrem para fora dos muros da escola. Silva et al. (2023) argumentam que as redes sociais tornaram-se o novo pátio escolar — lugar de encontros, disputas, alianças e rupturas — só que sem os limites da supervisão presencial. Isso transforma a convivência em um processo contínuo, fluido e, por vezes, invisível aos olhos da gestão escolar.

As interações digitais influenciam diretamente as relações presenciais. Comentários feitos em perfis, curtidas ausentes, memes ofensivos, exposições indevidas e grupos privados de mensagens criam narrativas que afetam o clima escolar, geram conflitos e impactam o bem-estar dos estudantes. Bertolazzi et al. (2023) indicam que muitos episódios de violência simbólica, bullying e exclusão se originam ou se potencializam em ambientes digitais, mas seus efeitos se manifestam na forma de silêncio, retraimento ou explosão emocional em sala de aula. A convivência, nesse contexto, não pode mais ser pensada sem considerar os atravessamentos das redes.

A escola, ao atuar sobre essas novas formas de convivência, precisa rever seus instrumentos de escuta e regulação. Os contratos de convivência, os conselhos de classe, os canais de denúncia e as atividades de mediação precisam incorporar o digital como dimensão real das relações escolares. Paula (2023) defende a criação de pactos pedagógicos que reconheçam os códigos juvenis, proponham regras claras de uso das redes e estimulem a autorregulação ética dos estudantes. Tratar o ambiente virtual como “espaço externo” isenta a escola de intervir onde seus sujeitos efetivamente vivem e se afetam.

A convivência digital, quando acolhida criticamente, pode ser também espaço de solidariedade, produção coletiva e partilha afetiva. Pereira et al. (2023) apontam que projetos escolares que envolvem produção de conteúdo digital, campanhas de conscientização, clubes de mídia e rodas de escuta entre estudantes fortalecem vínculos e ampliam a consciência coletiva. A convivência deixa de ser apenas ausência de conflito e passa a ser construção ativa de laços, escuta e respeito à diversidade de expressões.

A transformação da convivência escolar no contexto digital exige um novo olhar para os sujeitos, suas práticas e seus códigos de pertencimento. O que está em jogo não é apenas a disciplina, mas a possibilidade de viver juntos num mundo em rede, de forma ética, cuidadosa e formativa.

2.1 Linguagem digital e interações escolares

A linguagem digital não é uma tradução empobrecida da oralidade ou da escrita formal, mas uma linguagem com estrutura, ritmo e regras próprias. Ela opera por síntese, improviso e sobreposição de códigos — visuais, verbais e sonoros — que desafiam as formas escolares de comunicação. Entre estudantes, memes, emojis, figurinhas, áudios curtos e vídeos substituem explicações longas e funcionam como expressão legítima de sentimentos, opiniões e

posicionamentos. Paula (2023) afirma que “a linguagem digital se sustenta na estética da brevidade, na força da imagem e na presença constante do outro como espectador e validador da mensagem”. O ambiente escolar, ao ignorar essa lógica, estabelece barreiras entre os modos de dizer e os modos de escutar.

No cotidiano da sala de aula, os ruídos entre linguagem docente e linguagem estudantil tornam-se mais evidentes. Professores esperam clareza, argumentação estruturada e normas gramaticais bem aplicadas, enquanto os estudantes trazem práticas discursivas que operam com ironia, remixagem e efeitos de sentido instantâneo. Pereira et al. (2023) sugerem que essa diferença não deve ser lida como déficit, mas como diversidade linguística, que precisa ser reconhecida e mediada pedagogicamente. O confronto entre códigos só se torna aprendizagem quando há negociação e abertura mútua entre os interlocutores.

Essa mediação exige do professor não a adoção acrítica da linguagem digital, mas o esforço para compreendê-la como parte da formação dos sujeitos. Oliveira (2025) argumenta que o educador precisa aprender a ler os signos da cultura digital e articular essa leitura aos objetivos pedagógicos. Trabalhar com memes em aulas de história, criar roteiros de vídeo em projetos de literatura ou discutir mensagens instantâneas como gêneros textuais são estratégias possíveis de aproximação e tradução. A linguagem digital entra na escola não como conteúdo a ser dominado, mas como experiência a ser problematizada. 2505

Além disso, o uso da linguagem digital entre estudantes é carregado de significados sociais e afetivos. A escolha de uma figurinha, a ausência de resposta em um grupo, a forma de comentar um post — tudo isso comunica pertencimento, resistência ou exclusão. Silva et al. (2023) apontam que grande parte das disputas simbólicas entre estudantes ocorre no plano da linguagem, e que a mediação precisa considerar esse nível de leitura. Trabalhar a convivência passa, também, por educar para os sentidos que circulam nos códigos digitais e pelas implicações que eles carregam.

Na escola, a linguagem precisa ser ponte e não barreira. Isso implica reconhecer que os estudantes chegam ao espaço escolar com práticas linguísticas legítimas e potentes, ainda que distantes da norma esperada. A função da escola não é suprimir essas práticas, mas inseri-las em processos de ampliação, complexificação e consciência crítica. Ensinar a argumentar, interpretar e criar exige partir da linguagem que os sujeitos já possuem, e não daquela que ainda não conhecem. É nesse gesto de escuta que a escola recupera sua potência formativa.

2.2 Identidade digital e construção do sujeito escolar

A construção da identidade no contexto digital não obedece mais à lógica da linearidade, da estabilidade e da interioridade. Ela se dá em rede, é atravessada por olhares externos, é moldada por interações constantes e performada em múltiplos espaços, simultaneamente. Os estudantes não constroem mais apenas quem são, mas também o que aparecem ser, o que projetam ser, o que desejam que os outros vejam. Silva et al. (2023) observam que a identidade digital é constituída por rastros: curtidas, publicações, fotos, comentários e ausência de resposta — tudo passa a comunicar algo sobre o sujeito. Essa lógica desloca o eixo da identidade do “eu” para o “nós” e exige que a escola compreenda esses movimentos como parte da formação estudantil.

O sujeito escolar, nesse cenário, não se limita ao papel desempenhado na sala de aula. Ele também é o estudante que publica no Instagram, que grava vídeos no TikTok, que joga em rede, que participa de grupos digitais com regras próprias de pertencimento. Paula (2023) aponta que essas múltiplas identidades coexistem e, muitas vezes, entram em conflito — a imagem construída no ambiente digital pode contradizer ou complementar o comportamento observado no espaço escolar físico. Esse descompasso, se ignorado, produz rupturas nos vínculos e incompREENSões no processo de mediação pedagógica.

2506

A escola precisa considerar que a identidade do estudante não está “fora” das redes: ela se constrói, se negocia e se apresenta ali. Ignorar os modos como os alunos se percebem e se constroem online é também ignorar dimensões centrais de sua subjetividade. Oliveira (2025) afirma que a formação integral passa pelo reconhecimento dessas práticas digitais, não como ameaça à identidade, mas como parte de sua constituição. O projeto político-pedagógico da escola precisa dialogar com essa multiplicidade, acolhendo a diversidade das experiências juvenis sem impor homogeneizações.

As redes sociais operam com lógicas que acentuam a necessidade de validação e visibilidade. O sujeito só se sente reconhecido quando vê sua imagem circular, quando é citado, curtido, comentado. Esse modelo de identidade por espelhamento pode fragilizar a autonomia, gerar dependência da aprovação externa e intensificar os sentimentos de inadequação. Pereira et al. (2023) destacam que o aumento de transtornos emocionais entre adolescentes está diretamente associado à forma como constroem e percebem suas identidades digitais. A escola, ao perceber esses efeitos, precisa atuar como espaço de elaboração, promovendo o debate crítico sobre as redes, sem julgamento, mas com escuta e acolhimento.

A identidade, no contexto escolar, precisa ser construída com espaço para erro, para silêncio, para dúvida. Ao contrário das redes, onde a performance é constante, a escola pode oferecer um lugar de interrupção, de cuidado e de reconstrução subjetiva. Isso não se faz com discursos moralistas, mas com ações que reconheçam a complexidade do sujeito e que afirmem que sua presença é válida mesmo sem filtros, mesmo sem aprovação imediata, mesmo sem aplausos.

2.3 Implicações éticas, conflitos e cidadania na cultura digital

A expansão das práticas digitais no cotidiano escolar trouxe à tona novas formas de conflito, muitas delas originadas ou amplificadas em ambientes virtuais. A circulação de mensagens ofensivas, a exposição indevida de imagens, os boatos em grupos fechados, o uso de perfis falsos e as disputas por visibilidade se tornaram recorrentes no ambiente escolar. Bertolazzi et al. (2023) relatam que esses conflitos, embora ocorram em plataformas externas à escola, impactam diretamente as relações pedagógicas e o clima institucional, pois atingem a confiança entre pares e desestabilizam a percepção de segurança emocional. Tratar essas questões como “coisas de rede” ou como desvios individuais impede que a escola compreenda sua natureza coletiva e relacional.

2507

Os conflitos digitais se diferenciam dos tradicionais pela sua escala, velocidade e permanência. Uma fala agressiva dita no corredor desaparece com o tempo. Já uma postagem pode ser compartilhada, reproduzida, comentada por centenas de pessoas em poucos minutos e permanecer como marca digital durante anos. Paula (2023) afirma que a lógica da exposição contínua e da espetacularização do conflito impede o recuo, o esquecimento e a reparação, tornando a cultura digital um terreno fértil para o ressentimento e para o linchamento simbólico. A escola, ao lidar com esses conflitos, precisa ir além da punição e propor processos de escuta, responsabilização e cuidado.

A ética na cultura digital não se constrói com manuais nem com discursos abstratos sobre “bom uso” da internet. Ela emerge das práticas, das mediações e da capacidade de refletir sobre as consequências dos próprios atos em rede. Silva et al. (2023) apontam que projetos pedagógicos que envolvem produção de conteúdo, análise crítica de postagens, oficinas de cidadania digital e simulações de debates têm maior potencial de mobilizar a consciência ética dos estudantes do que proibições ou normas rígidas. A escola precisa oferecer tempo e espaço

para que esses debates ocorram, acolhendo as tensões e as contradições que fazem parte do processo formativo.

A noção de cidadania, nesse contexto, também precisa ser revista. Ser cidadão digital não é apenas usar a internet com “educação”, mas participar ativamente das decisões, proteger os dados, compreender os algoritmos, identificar fake news, denunciar práticas discriminatórias e construir redes de solidariedade. Oliveira (2025) defende que a educação para a cidadania digital deve ser entendida como eixo transversal do currículo, atravessando as disciplinas e integrando-se às práticas de convivência. Não se trata de criar uma nova disciplina, mas de repensar o modo como a escola se posiciona diante das tecnologias.

É importante lembrar que professores e gestores também constroem suas identidades e convivem nas redes. Os mesmos efeitos que impactam os estudantes — exposição, julgamento, sobrecarga emocional — atingem também os educadores. Pereira et al. (2023) sugerem que as políticas escolares devem incluir formação específica para o uso ético e pedagógico das redes por parte dos docentes, além de apoio para o enfrentamento de conflitos digitais que envolvam sua imagem. O cuidado ético, portanto, precisa ser institucional e coletivo.

A construção de uma convivência ética na cultura digital depende de práticas pedagógicas que promovam escuta, autorreflexão e responsabilização. A escola, ao assumir esse papel, reafirma sua função social não apenas como transmissora de conteúdos, mas como espaço de formação integral de sujeitos capazes de conviver, comunicar e agir com responsabilidade em qualquer esfera — inclusive e especialmente, na virtual.

2508

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença das redes digitais no ambiente escolar não é uma externalidade nem um detalhe de época: trata-se de um elemento constitutivo da experiência contemporânea de ser estudante, de se relacionar com o outro e de se reconhecer como sujeito. A convivência escolar, a linguagem e a identidade são atravessadas pelas práticas digitais de maneira intensa e contínua, exigindo da escola posturas que vão além da adaptação tecnológica. Os dados analisados indicam que as formas de comunicar, conviver e se narrar na cultura digital reconfiguram as bases simbólicas da vida escolar e desafiam as estratégias pedagógicas convencionais.

O reconhecimento dessas transformações não implica adesão acrítica às lógicas das redes, mas disposição para escutá-las, compreendê-las e mediar seus efeitos. Uma escola que

forma para a convivência ética, para a autoria consciente e para a leitura crítica das linguagens digitais amplia sua função social e reafirma seu compromisso com a formação integral. Mais do que ensinar sobre o digital, trata-se de formar com e a partir dele, cultivando práticas de cuidado, escuta e responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, I. D. (2021). *Metodologia do trabalho científico*. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital (SPREAD). Disponível em: <https://www.ufpe.br>

ALVES, L. (2007). Geração digital native, cursos on-line e planejamento: um mosaico de ideias. In *Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias da Informação e Comunicação* (v. 1, p. 145–160). Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://www.comunidadesvirtuais.pro.br>

BERTOLAZZI, J. C., Silva, M. V. M. da, Oliveira, R. M. de, Narciso, R., & Crimoni, R. M. (2023). A ciberconvivência dos screenagers. *Revista Ilustração*, 4(2), 53–59. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i2.154>

CASTRO Santander, A. (2012). A ciberconvivência dos “screenagers”. *Meta: Avaliação*, 4(12), 314–322. Disponível em: <https://revistas.cederj.edu.br/index.php/meta/article/view/325/323>

OLIVEIRA, A. S. (2025). Geração screenagers e educação. In *Pesquisas Contemporâneas na Educação Moderna - Volume 8* (pp. 98–104). MultiAtual. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5529856.1-9> 2509

PAULA, V. S. de (2023). Os screenagers e o uso das tecnologias na educação. *Even3*. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/7283023>

PEREIRA, F. A., Ribeiro, H. M., Medeiros, J. M., Almeida, M. R. F., & Souza, R. R. (2023). Screenagers e educação. *Revista Ilustração*, 4(6), 61–68. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i6.219>

SIENA, O., Braga, A. A., Oliveira, C. M. de, & Carvalho, E. M. de. (2024). *Metodologia da pesquisa científica e elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Editora Poisson. Disponível em: <https://www.poisson.com.br>

SILVA, L. I. da, Carvalho, F. M. da S., & Siva, F. C. da (2023). Ciberconvivência screenagers. *Revista Amor Mundi*, 4(3), 73–81. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i3.208>